

ESTADOS

Senado aprova plebiscito sobre divisão do Amazonas

Texto autorizando consulta popular ainda será votado pela Câmara

ROSA COSTA

BRASÍLIA – O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto de decreto legislativo que autoriza a realização de um plebiscito no Amazonas para que a população decida sobre a criação de três territórios federais no Estado. A proposta ainda terá de ser votada na Câmara. Os territórios serão formados pelo desmembramento dos seguintes municípios: 1) São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos; 2) Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Fonte Boa, Jutai, Alvarães, Uarini, Maraã, Japurá e Santo Antônio do Itá; 3) Carauri, Itamarati, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Guajará.

Cerca de 100 mil pessoas vivem nesses municípios, de acordo com o senador. Se aprovado, o plebiscito deve ocorrer até seis meses após a promulgação da matéria.

Jefferson Péres previu que isso deverá ocorrer no segundo semestre do ano que vem, caso os deputados votem o projeto, sem alterá-lo, até junho. Os termos do substitutivo alteram o projeto inicial

apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL). O senador por Roraima queria desmembrar 26 municípios para criar o Estado de Solimões. Péres alegou que não faria sentido criar um Estado que dificilmente teria autonomia financeira, embora tivesse que custear, entre outros gastos, uma Assembleia Legislativa. Outro mudança, de acordo com o senador, é que um Estado implicaria numa nova representação no Congresso, com três senadores e pelo menos oito deputados. “Um território elege apenas quatro deputados federais”, informou.

Para ele, a vantagem de criar territórios federais nas

ÁREA TEM
 CERCA DE
 100 MIL
 HABITANTES

regiões mais afastadas da capital do Amazonas está em aproximar o poder público dos habitantes. Ele citou como exemplo as dificuldades de acesso a servi-

ços essenciais de saúde, educação e do Judiciário existentes nos municípios de Juruá e Alto Solimões, “distantes duas horas de vôo de Manaus e vários dias de barco”. Outro ponto é o de proteger as áreas de fronteiras que passariam a constar dos territórios em sua maior parte.

O senador previu que essa situação deve estimular a população do Estado a se manifestar favoravelmente à criação dos territórios. Se isso ocorrer, os governadores nomeados pelo presidente da República teriam os nomes submetidos ao Senado.